

Continuando...			
8. INTANGÍVEL: Próprio:	Direito de Uso Softwares		Total
	20%	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	72.908	496.717	569.625
Adições	31.019	13.529	44.548
Transferências	89.319	(89.319)	-
Baixas	433	-	433
Depreciação	(26.565)	(258.497)	(285.062)
Saldo final	167.114	162.430	329.544
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	167.114	162.430	329.544
Adições	2.539	-	2.539
Transferências	89.526	(89.526)	-
Baixas	(62.771)	(16.263)	(79.034)
Depreciação	(127.088)	(38.204)	(165.292)
Saldo final	69.320	18.437	87.757
Contrato de Gestão:			
	Direito de Uso Softwares		Total
	20%	20%	
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	71.577	463.202	534.779
Adições	-	87.973	87.973
Depreciação	(13.287)	(120.137)	(133.424)
Saldo final	58.290	431.038	489.328
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial	58.290	431.038	489.328
Adições	28.141	-	28.141
Transferências	75.483	(75.483)	-
Baixas	(75.184)	-	(75.184)
Depreciação	(22.241)	(115.772)	(138.013)
Saldo final	64.489	239.783	304.272
9. FORNECEDORES:			
	2020	2019	
Materiais e medicamentos	6.911.868	5.762.797	
Serviços	3.912.039	4.410.044	
Serviços médicos	17.690.089	17.075.949	
Diversos	592.501	635.726	
	29.106.497	27.884.516	
10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:			
	2020	2019	
Ordenados e salários a pagar	8.599.981	7.045.426	
Provisão férias	11.219.249	9.100.263	
Provisões FGTS s/ férias	897.594	727.560	
	20.716.824	16.873.249	
11. RECEITAS DIFERIDAS: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 2020, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão de unidades, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:			
	2020	2019	
Imobilizado – contrato de gestão	16.229.308	16.454.800	
Imobilizado – Sorriso (contingência)	(2.777.138)	(2.777.138)	
Intangível – contrato de gestão	690.716	678.934	
Intangível – Sorriso (contingência)	(3.511)	(3.511)	
Total investido em ativo	14.139.375	14.353.085	
Depreciação/amortização acumulada	(6.018.046)	(5.954.938)	
Sorriso (contingência)	1.157.345	1.157.345	
Total imobilizado/intangível líquido	9.278.674	9.555.492	
Saldo para investimento	1.879.660	6.383.318	
Receita diferida	11.158.334	15.938.810	
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES:			
	2020	2019	
Hospital Municipal de Sorriso (conting.) (i)	14.764.717	15.123.759	
UPA de São Pedro da Aldeia (conting.) (ii)	4.674.525	4.674.525	
HPL - contas a pagar em discussão	2.500.000	2.500.000	
Outras obrigações	127.782	50.964	
	22.067.024	22.349.248	
(i) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de encerramento do contrato de gestão do Hospital Regional de Sorriso - MT, em 07/06/2015, quando foi instituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização pelo Governador do Estado de Mato Grosso. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto àquele Ente Público, no montante de R\$14.830.169. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios. (ii) Referem-se aos valores de obrigações apuradas na data de rescisão do contrato de gestão com a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro - RJ, em 31/05/2016. A Entidade apresenta estas obrigações no passivo não circulante, em face aos recursos e créditos a receber e em discussão junto àquele Ente Público, no montante de R\$5.546.074. A Administração considera que os passivos serão liquidados integralmente, quando do acordo o Ente Público, entretanto, eventualmente é requerida			

À Diretoria e Conselho do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho Pedro Leopoldo – MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Maternidade Dr. Eugênio Gomes de Carvalho, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes** Conforme nota explicativa nº 14, provisão para contingências, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base ra-

a realizar acordos de pagamentos de parcelas destas obrigações, com recursos próprios.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR: O valor de R\$ 423.917 apresentado em rubrica de outras contas a pagar, refere-se a estoques de materiais e medicamentos, pertencente aos Entes Públicos com contratos de gestão em andamento, os quais foram absorvidos na operacionalização da gestão. O montante foi considerado no passivo não circulante, uma vez que deverá ser repassado ao Ente Público ao término da gestão.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: Passivos contingentes: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou a provisão para contingências suficiente para fazer face a processos. A composição da provisão para contingências, por unidade, está apresentada abaixo:

	2020	2019
Hospital Geral de Tailândia - PA	175.198	175.198
Hosp. Reg. Públ. de Integração Leste do Pará	115.000	115.000
Centro de Serviços Administrativos - PA	-	507.303
Hospital de Pedro Leopoldo - MG	75.000	75.000
Sede Administrativa - INDSH (i)	2.656.124	2.223.602
	3.021.322	3.096.103

(i) A Administração optou, desde o exercício de 2018, em realizar a provisão para pagamento de FGTS e custas de rescisões trabalhistas.

Processos com probabilidade possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, ampara-da por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2020	2019
Cível	23.908.110	8.598.303
Trabalhista	12.970.695	15.831.798
	36.878.805	24.430.100

Em 2020, a Entidade possuía R\$ 2.855.039 (R\$ 1.872.698 em 2019) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **Ativos contingentes:** Conforme descrito na nota explicativa 5 – contas a receber, a Entidade possui créditos provenientes de ações propostas contra o Estado do Rio de Janeiro e do Mato Grosso. No caso da ação proposta contra o estado do Rio de Janeiro, houve sentença reconhecendo o direito ao crédito de R\$ 5.542.000, decorrente de valores devidos pelos serviços prestados no âmbito do Contrato de Gestão nº 002/2015, não pagas pelo Estado. Também foi deferido o pedido de tutela de urgência, visando a imediata liberação do montante de R\$ 2.234.342, em virtude de comprovação de que a Secretaria Estadual de Saúde mantém empenhado a reserva do mencionado valor. **15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit). **Encerramento de atividades:** i) Em junho de 2020, a Secretaria Estadual de Saúde do Pará optou por descontinuar o contrato de gestão com o INDSH, encerrando as atividades administrativas em 30 de junho de 2020. Com o encerramento da atividade de gestão, o INDSH efetuou a baixa, por devolução, de ativos e passivos oriundos de cessão de ativos, estoques e estrutura fornecidos pelo Ente Público. Os efeitos dessas baixas foram de R\$ (7.408.324) sobre o Patrimônio Líquido da Entidade. ii) Em agosto de 2020, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa optou por descontinuar o contrato de Administração com o INDSH, encerrando as atividades administrativas em 31 de agosto de 2020. Com o encerramento da atividade de Administração, o INDSH efetuou a absorção, pela Sede Administrativa, de ativos e passivos remanescentes, após a liquidação de obrigações diretas ao contrato. Os efeitos dessas transferências foram de R\$ (106.869) iii) Em 2020, em acordo com a SESPA, a Administração do INDSH descontinuou a estrutura de Centro de Serviços Administrativos compartilhados entre as Unidades sob mesma Gestão no Estado do Pará – PA. Os efeitos de descontinuação do CSA foram de R\$ 951.979 de retorno ao INDSH, por recebimento das Unidades geridas. O Efeito total de encerramento de atividades de R\$ (6.563.214) está apresentado na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido do INDSH. **Ajustes Patrimoniais:** Em 2020, o saldo de ajustes patrimoniais estava representado pelos seguintes registros contra o patrimônio das Entidades geridas:

Unidade	Valor	Tipo
HRPM	(4.804)	Ajustes
UPA SFS	(3.657)	Ajustes
HMNSG	(130.272)	Ajustes
HGT (i)	1.375.174	Transferências Patrimoniais
CIIR (ii)	(10.215.325)	Devolução de recursos
CIIR	47.373	Ajustes
HRPL	19.315	Ajustes
HJB	(2.474)	Ajustes
HJB	37.039	Ajustes
HGI	(128)	Ajustes
UPA Manaus	(153)	Ajustes
Hosp. Manaus	23.207	Ajustes
Sede Administrativa	(239.172)	Ajustes
Total de ajustes	(9.093.877)	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

zoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **• Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos controles e critérios adotados pela Administração para a determinação da classificação do contas a receber em longo prazo. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) A Administração da Entidade não adotou as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem os ativos imobilizados próprios, aplicando as taxas usuais, acertas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. Além disso, conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), o imobilizado relativo aos contratos de gestão, será integralmente revertido ao poder concedente, quando do término do contrato de gestão. Desta forma, a Administração da Entidade também não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado. ii) Conforme nota explicativa 23b – Eventos Subsequentes, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional Público de Integração Leste do Pará está vigente até 25 de maio de 2021, por meio do 12º aditivo-12019/186501. Entretanto, a Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA realizará nova licitação para definição do gestor do contrato de gestão do novo ciclo que iniciará em 2021. Por estar habilitada, a Administração pretende participar da licitação, quando ocorrer. iii) Conforme descrito na nota explicativa 23b – Eventos subsequentes, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Jean Bitar estava vigente até 09 de março de 2021, por meio do 12º aditivo contratual junto à SESPA. Entretanto, até a emissão desse relatório a Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA não havia respondido ao ofício de solicitação de renovação contratual proposto pela Entidade em 02 de março de 2021. Por estar habilitada, a Administração atual considera participar da licitação/renovação, quando ocorrer. iv) Conforme descrito na nota explicativa 23b, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Graça estava vigente até 14 de abril de 2021. Em 09

(i) Em 2020, houve a descontinuidade de Hospitais de mesma gestão, onde o saldo de contas a pagar de R\$ 1.366.354 entre o Hospital e essas as unidades foram incorporadas ao Patrimônio Social. Houve também, a incorporação dos valores rescisórios e encargos sociais de funcionários transferidos dessas unidades no montante de R\$ 8.820. (ii) Em 20 de novembro de 2020, a Entidade foi requerida, através do Ofício Nº 311/2020 GTCAGHMR/SESPA, a retornar a quantia de R\$ 15.000.000,00 (Quinze Milhões de Reais) à SESPA, a título de devolução de recursos de custeio. A Administração realizou a devolução do recurso e reconheceu um ajuste em seu patrimônio social na ordem de R\$ 10.215.325 (Dez Milhões, duzentos e trinta e cinco mil e trezentos e vinte e cinco Reais) relativo a recursos recebidos no período anterior e das receitas faturadas em 2020, no montante de R\$ 4.784.675 (Quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco Reais), totalizando a devolução solicitada pelo Ente Público.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:	
	2020
Fretes e carretos	(706.762)
Energia elétrica	(5.287.754)
Aluguel de máquinas	(2.655.670)
Viagens e hospedagens	(692.888)
Provisão para contingência	(522.888)
Outros	(2.966.541)
	(12.832.495)

17. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES:	
	2020
Subvenções da PM de Pedro Leopoldo	1.450.702
Doações diversas (em espécie e materiais)	2.569.032
Subvenção CEMIG	-
	4.019.734

18. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2020	2019
Cota patronal	24.260.161	18.926.777
Terceiros	7.035.446	5.488.765
RAT/SAT	2.426.016	1.892.678
Total INSS	33.721.623	26.308.220
COFINS	12.786.548	9.965.367
Total COFINS	12.786.548	9.965.367

19. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS: Para usufruir da isenção da Contribuição Patronal devida ao INSS, conforme Decreto nº 8.242/2014 o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano está sujeito à comprovação da oferta de todos os seus serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%. Os atendimentos a pacientes ao SUS estão demonstrados na nota explicativa nº 1 – Contexto Operacional. **20. SEGUROS:** O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela Administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros. **21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2020	2019
Aplicações financ. de liquidez imediata	27.783.452	34.566.223
Contas a receber	8.603.760	38.971.424
Total ativos financeiros	36.387.212	73.537.647
Fornecedores	29.106.497	30.304.184
Total passivos financeiros	29.106.497	30.304.184

22. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. de abril de 2021, a Administração do Hospital protocolou, junto à Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, a carta de concordância aos termos do 13º aditivo contratual. Entretanto, até a emissão desse relatório, o Ente Público ainda não havia oficializado e publicado o aditivo contratual, o qual prorrogará o prazo de vigência do atual contrato. v) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 24 de abril de 2020, sem modificações.ii) Conforme descrito na nota explicativa 23a – Eventos subsequentes, a Entidade vem acompanhando a evolução de contábil e nova implementação de restrições de atividades e circulação, promovendo preapo e manutenção de sua estrutura para atendimento emergencial de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos adicionais nas operações de gestão dos Hospitais, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura dos contratos de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contá-

A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **Risco de operacional: Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Entidade:** Os riscos decorrentes de pandemias de saúde, atualmente provocadas pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e nos demais países intensamente afetados, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de recebimento ou atrasos no recebimento dos recursos por recessão econômica e redirecionamento de gastos do Ente Público; (ii) Aumento significativo nos custos de aquisição de insumos e materiais para tratamento e contenção da COVID-19, caso o Hospital seja eleito como ponto de referência para atendimento da doença, o que pode levar a desabastecimento e/ou necessidade de complemento de fluxos de caixa; (iii) Paralisação parcial ou completa de fornecimento de produtos e serviços, em virtude de colapso ou demanda excessiva, por tempo indeterminado; e (iv) Alto nível de exposição de funcionários, clientes, fornecedores, prestadores de serviço em relação ao contágio, possibilitando perda de capacidade de atendimento. A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2020, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Instituto não possui risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras que possam deteriorar o ambiente econômico, social e de saúde, podem levar a Entidade a rever suas estimativas de fluxo de caixa futuro e, eventualmente, podem requerer novas requisições de recursos e estrutura junto ao Ente Público. **23. EVENTOS SUBSEQUENTES:** a) **Nova onda de infecções e Impactos da COVID-19 para 2021:** A Administração da Sociedade acompanha tempestivamente e com responsabilidade as informações e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e demais agências reguladoras, acerca das medidas adequadas a serem implementadas nas atividades operacionais e administrativas. A Administração acompanha o aumento das divulgações sobre contaminação, sobre elevação nos casos de mortes e nova implementação de restrições de circulação e atividades pelos Entes Governamentais, concluindo que os efeitos financeiros sobre estes impactos já são percebidos na atual operação, portanto não requerem novas provisões nessas demonstrações contábeis. **b) Contratos de gestão em processo de renovação:** (i) O Contrato de gestão 038/2015 do Hospital Regional Público do Marajó, junto à SESPA, teve sua vigência encerrada em 21/03/2021 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à SESPA, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. (ii) O Contrato de gestão 022/2019 do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça e UPA 24 horas, junto à Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul – SC, teve sua vigência encerrada em 14/04/2020 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual por mais 12 meses. A atual Administração protocolou ofício junto à Secretaria de Saúde de São Francisco do Sul, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. (iii) O Contrato de gestão 002/2016 do Hospital Jean Bitar, junto à SESPA, teve sua vigência prorrogada em 09/09/2020, com novo vencimento para 09/03/2021 e, até a emissão destas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual. A atual Administração protocolou ofício junto à SESPA, em 02/03/2021, com o intuito de formalizar a intenção de renovação do contrato. (iv) O contrato de gestão 028/2014 do HRLP, junto à SESPA, teve sua vigência prorrogada em maio/2020, com vencimento para 21/05/2021 e, até a emissão dessas demonstrações contábeis, não havia sido oficializada a renovação contratual para maior período de gestão. Diante da expectativa de que seja confirmada a renovação contratual, a Administração concluiu por não haver necessidade de reconhecer provisões para desmobilização e/ou contingências nessas demonstrações contábeis, bem como a manutenção da gestão das atividades até a obtenção do retorno do Ente Público, com o intuito de evitar o colapso do sistema da região. **c) Captação de Recursos – Hospital Pedro Leopoldo:** Em 2021, a Administração do INDSH captou cerca de R\$ 1.500.000 recursos junto à Instituições Financeiras para reforma planejada no Hospital e liquidação de determinados passivos em discussão.

Pedro Leopoldo - MG, 27 de abril de 2021.
DIRETORIA:
José Carlos Rizoli - CPF 171.893.228-68
Presidente
Felipe José da Silva Júnior - CPF 273.869.828-01
Diretor de Administração
Responsável Técnico: Bruno Ricardo Barbosa Martins
Contador CRC ISP – 271.145

beis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes,